



## Museus nas ruínas: diálogos entre patrimônios missioneiros

Natália Reichert Greff<sup>1</sup>

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar as motivações para preservação das ruínas de São Miguel das Missões (Brasil) e de San Ignacio Miní (Argentina), bem como debater os contextos de criação dos museus que estão localizados dentro dos sítios. As reduções jesuíticas foram consolidadas a partir do século XVII na Província Jesuítica do Paraguai, a fim de reunir povoados indígenas para introduzir o Cristianismo e os modos de vida europeus. Nessa perspectiva, o trabalho investiga o cenário histórico que ocasionou no tombamento das ruínas nos âmbitos nacional e internacional, e posteriormente a fundação do Museu das Missões (Brasil) e do Museu Jesuítico (Argentina), com foco nas primeiras narrativas propostas por essas instituições museológicas. Conclui que o discurso que os museus apresentam nas exposições está intrinsecamente ligado ao seu contexto de criação.

**Palavras-chave:** Reduções Jesuíticas; Patrimônio Cultural; Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (RS); Sítio Arqueológico de San Ignacio Miní (ARG); Narrativas Expográficas.

## Museums in the ruins: dialogues between missionary patrimonies

**Abstract:** The paper aims to present the motivations that led to the preservation of São Miguel das Missões (Brazil) and San Ignacio Miní (Argentina) archaeological ruins, as well as debate the historical context and reasons to found the museums that are located inside the sites. The Jesuit reductions were consolidated in the XVII century in the Jesuit Province of Paraguay with the purpose to gather indigenous populations in order to introduce Christianity and European civilization costumes. In this perspective, this work investigates the historical scenario that drove the archaeological ruins to be registered as heritage at a national and international level, and posteriorly the creation of the museums Museu das Missões (Brazil) and Museo Jesuítico (Argentina), focusing on the first expographic narratives presented by these museological institutions. It concludes that the narratives presented by these museums are intrinsically connected to their creation context.

**Keywords:** Jesuit Reductions; Archaeological Site of São Miguel Arcanjo (RS); Archaeological site of San Ignacio Miní (ARG); Expographic Narratives.

### Introdução

As reduções jesuíticas foram organizadas e estruturadas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus durante o período de colonização da América Espanhola (1680-1768), trazendo os povoados indígenas que ali viviam para coabitar em um espaço construído para fins de introdução ao Catolicismo e aos modos

1 Bacharel em Museologia (UFRGS). E-mail: [reichertn@hotmail.com](mailto:reichertn@hotmail.com)

2 Doutora e Mestra em Educação (UFPel) e Bacharel em Museologia (UFPel). Professora do Curso de Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Sépia (UFRGS/CNPq). E-mail: [vanessa.barrozo@ufrgs.br](mailto:vanessa.barrozo@ufrgs.br)

de vida europeus. Consolidadas a partir do século XVII, tiveram grande êxito por seguirem um regime comunitário e autossuficiente, com alto desenvolvimento econômico, administrativo e cultural. O declínio das reduções jesuíticas se deu a partir do Tratado de Madrid, em 1750, que decretou novas delimitações territoriais entre os portugueses e espanhóis, dando início a um conflito que ficou conhecida como Guerra Guaranítica e que resultou na expulsão dos padres jesuítas das Américas, acusados de liderarem a guerra contra os colonizadores juntamente com os indígenas que se recusaram a deixar suas casas.

As reduções ficaram conhecidas como Trinta Povos das Missões e hoje seus resquícios se dividem entre os atuais territórios do Paraguai, Argentina e sul do Brasil. Por muito tempo abandonadas, as ruínas se tornam aos poucos objeto de interesse aos viajantes do mundo durante o século XIX, mas é somente entre as décadas de 1930 e 1940 que a consciência de um olhar preservacionista se volta para as ruínas jesuíticas, tornando-as patrimônio nacional em cada país e, posteriormente, tombado como patrimônio internacional entre os anos de 1983 e 1984, sendo reconhecidas por seu valor histórico e cultural.

Para além dos resquícios monumentais tombados, muitos objetos pertencentes às reduções foram resgatados e preservados em instituições museológicas criadas para retratar a história e a vida reducional. Assim, museus como o Museu das Missões de São Miguel, no Brasil, e o Museu Jesuítico de San Ignacio Miní, na Argentina, apresentam e expõem recortes das histórias ali vividas através de objetos que representam diferentes aspectos da cultura material. É significativo destacar que tratam-se de recortes uma vez que não é possível preservar a História como um todo, logo, os museus fazem escolhas desde o momento que incorporam certas peças em seu acervo, bem como no modo como irão abordá-las através das narrativas expográficas. Isentos de neutralidade, os museus apresentam pontos de vista a partir das formas de comunicar a cultura material.

Levando esses pontos em consideração, o presente artigo se propõe analisar quais foram as justificativas que desencadearam as primeiras ações de preservação dos sítios arqueológicos, com recorte em São Miguel das Missões, no Brasil, e em San Ignacio Miní, na Argentina, bem como o contexto de criação dos museus de mesma temática que estão localizados dentro dos próprios sítios. Para tanto, considera-se importante trazer um breve histórico das reduções jesuíticas e sua estrutura organizacional, para enfim abordarmos o contexto dos sítios arqueológicos como patrimônio e seus museus, problematizando as narrativas propostas por essas instituições a partir das histórias e memórias vinculadas às reduções.

### **As reduções antes dos sítios arqueológicos**

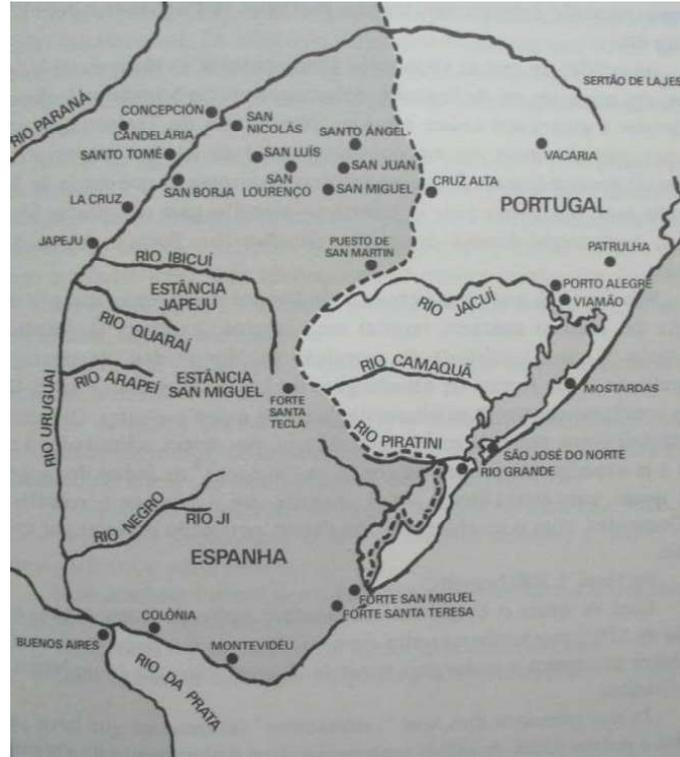
Os sítios arqueológicos de São Miguel das Missões e de San Ignacio Miní carregam em suas ruínas a história da América do Sul durante o período de colonização espanhola e portuguesa, sendo as reduções jesuíticas o resultado de uma série de fatores sociais e econômicos, bem como das relações entre nativos e colonizadores numa época de precariedade e turbulência. A idealização das reduções jesuíticas está atrelada ao desenvolvimento da Província Jesuítica do Paraguai, território sul-americano ocupado pela coroa espanhola e que, assim como outros locais de colonização europeia, buscava a conversão de habitantes nativos ao Cristianismo e a introdução aos costumes europeus.

De acordo com Oliveira (2013, p. 159), “[...] A história das missões e reduções jesuíticas é uma das mais bem sucedidas tentativas de cristianização implementada pela Companhia de Jesus no mundo todo”, pois para além do âmbito religioso, também apresentou êxito em fatores sociais e políticos (SOSTER, 2014), tornando-as verdadeiros complexos urbanísticos. Dentro dos espaços reducionais vivia-se uma vida “extremamente ritualizada, organizada por diferentes atividades de padres e índios, ordenadas, de dia, pelos diferentes toques dos sinos, e de noite, pelos tambores dos vigias” (CUSTÓDIO, 2007, p. 72). Apesar do objetivo central das reduções ter sido a evangelização dos indígenas, é importante ressaltar que os Guarani já possuíam uma “estrutura organizacional definida” (SERRES, 2014, p. 1577) bem como práticas espirituais que foram alteradas, mas não obstruídas, sendo possível identificar diversos destes traços culturais inseridos nos espaços reducionais.

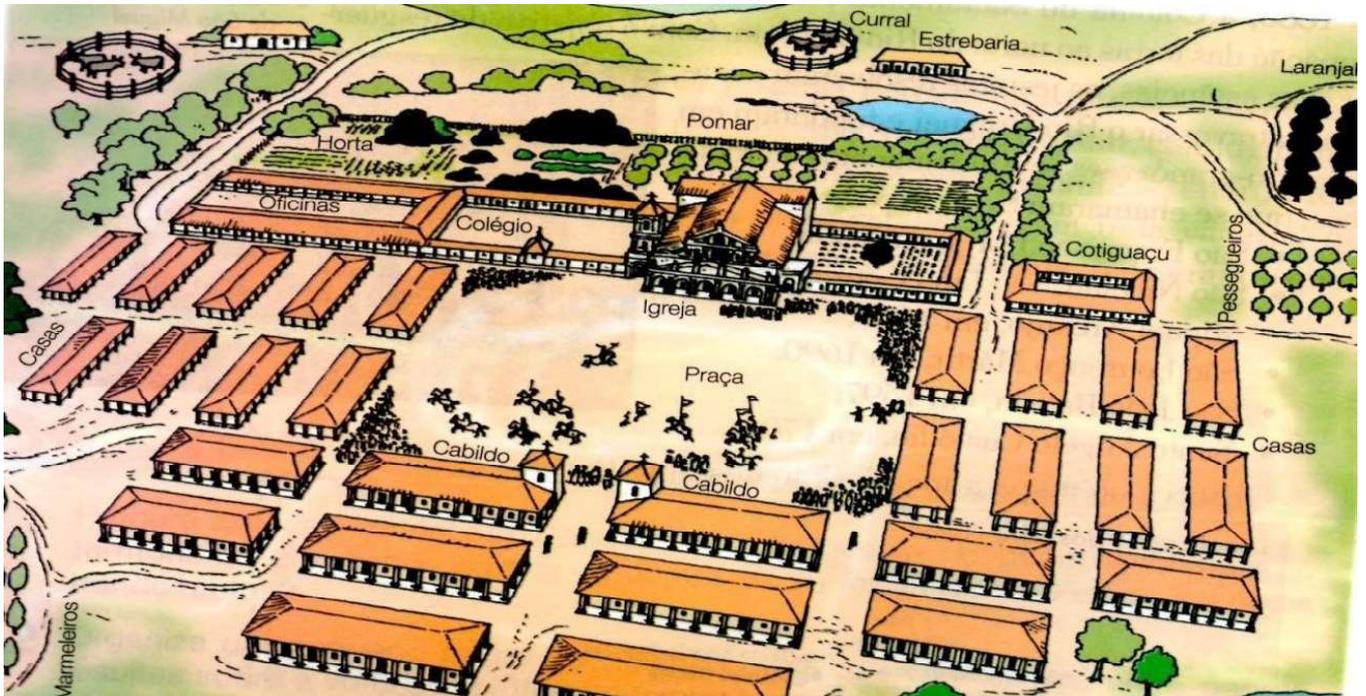
As tentativas de inserção do Catolicismo aos nativos pelos padres espanhóis ocorreram em várias etapas, as quais pesquisadores dividem-nas em três Ciclos Missioneiros. Os primeiros movimentos de evangelização ocorreram durante o chamado Primeiro Ciclo Missioneiro (1585-1641), em que os padres percorriam aldeias indígenas, especialmente as Guarani, na tentativa de propagar a fé cristã fazendo uso de imagens e músicas religiosas para atrair os nativos (BOFF, 2005), todavia esse método não foi bem sucedido. Com a criação da Província Jesuítica do Paraguai, em 1609, deu-se início as primeiras reduções, abandonando as missões itinerantes para construir assentamentos com casas para os nativos e igrejas. No entanto, o Primeiro Ciclo é caracterizado pela precariedade e vulnerabilidade tanto do espaço reducional como dos indígenas que eram capturados como mão-de-obra escrava pelos bandeirantes do território português, resultando em constantes deslocamentos até chegarem à região da margem ocidental do rio Uruguai.

No Segundo Ciclo (1641-1680) deu-se um período de calma até que se funda a Colônia de Sacramento pelos portugueses, que desequilibra a “[...] política, militar e economicamente a região” (OLIVEIRA, 2013, p. 161) do lado espanhol. Durante as tentativas de ataques portugueses, “os jesuítas foram vistos e admirados pelos indígenas como seus protetores. Dessa forma, a redução aos poucos foi sendo aceita” (BOFF, 2005, p. 70), uma vez que ali encontravam certa proteção. Essa virada de opinião dá início ao Terceiro e último Ciclo Missioneiro, entre 1680 a 1768. As reduções se desenvolveram prosperamente neste período, resultando no aumento da população indígena. Como havia somente dois padres por redução, quando estas atingiam a população de seis mil habitantes para cada padre, migravam para o leste do rio Uruguai, formando os Sete Povos da Banda Oriental e totalizando os Trinta Povos das Missões (Figura 1), conforme apontou Thielke (2014).

As reduções dos Trinta Povos compunham sistemas integrados e organizados entre si, seguindo um padrão urbanístico geométrico e regular que Custódio (2006) dividiu em dois conjuntos: o dos padres, para atividades religiosas como reza de missas e trabalho nas oficinas; e o dos indígenas, com moradias que se voltavam para o primeiro conjunto, além de atividades militares e políticas de líderes Guarani (Figura 2). Todos os espaços cumpriam certo papel religioso, social e cultural, onde as tradições católicas e Guarani se fundiram em um novo modo de viver.

**Figura 1** – Mapa dos Trinta Povos das Missões

Fonte: LESSA apud THIELKE, 2014.

**Figura 2** – Tipologia urbana jesuítica

Fonte: Portal das Missões, 2018.

Nesse âmbito, os nativos passaram “do estágio de guarani-indígena para o de guarani-missionário” (SERRES, 2014, p. 1577), pois como mencionado, a intenção inicial das reduções era a conversão dos nativos aos hábitos sociais e religiosos europeus e, embora muito da cultura ocidental tenha sido introduzida em

seus hábitos, os indígenas mantiveram muitos de seus costumes e práticas que, de certa forma, acabaram sendo preservadas nesses espaços e que se mantêm até hoje.

Com a assinatura do Tratado de Madrid entre Espanha e Portugal (1750) os limites territoriais das Américas foram reajustados. Dessa forma, a Colônia de Sacramento (atual território uruguaio) que pertencia à coroa portuguesa foi concedida à Espanha, assim como a região do leste do rio Uruguai ficou sob domínio de Portugal, solicitando aos padres jesuítas que se retirassem das reduções dos Sete Povos da Banda Oriental para o lado espanhol. Essa decisão causou descontentamento dos indígenas e, recusando-se a sair de suas terras, as coroas ibéricas uniram-se para forçarem sua retirada em 1754, evento que ficou conhecido como Guerra Guaranítica<sup>3</sup>. Acusados de apoiar as rebeliões Guarani, os jesuítas foram expulsos da Província Jesuítica do Paraguai em 1768, dando fim às reduções jesuíticas, que foram pouco a pouco decaindo em ruínas.

### Da redução jesuítica ao sítio arqueológico: em busca da preservação do patrimônio

Mesmo após sofrerem com a ação das guerras, do abandono e do tempo, alguns dos complexos que formavam as reduções jesuíticas resistiram, como foi o caso das ruínas de São Miguel Arcanjo, no Brasil, e de São Ignacio Miní. Segundo Soster (2014, p. 95), estas possuem respectivamente “a igreja melhor conservada” e o “traçado urbano da missão” mais completo. Alguns séculos depois, os resquícios das reduções passaram a ser reconhecidos e valorizados pela população e pelas entidades governamentais nacionais e internacionais, tornando-se bens a serem preservados enquanto patrimônio. O tombamento das duas ruínas se deu em dois momentos por meio das iniciativas de cada nação às quais atualmente pertencem. Vale destacar que os países da América Latina lançam um olhar tardio aos seus monumentos se comparado ao movimento europeu, que ocorre somente na primeira metade do século XX, inspirando-se principalmente na Carta de Atenas de 1931<sup>4</sup>.

A preservação dos bens é legitimada através da patrimonialização, que é o reconhecimento social e político sobre um bem ou valor cultural enquanto representante de um grupo social ou de um fato histórico (LIMA, 2012). Nesse sentido, cabe destacar que o conceito de patrimônio

[...] remete ao conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74).

É significativo pontuar que no Brasil foi criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tinha como objetivo conservar bens que fossem de interesse público, “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937) por meio do tombamento. Nessa perspectiva, foi reconhecido o potencial

3 Para mais informações, ver KERN, 1995; GOLIN, 1999.

4 Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor, todas na Argentina. Somente a ruína de São Miguel das Missões está localizada no território brasileiro.

das ruínas de São Miguel das Missões (Figura 3) pelo arquiteto Lucio Costa e, em 1938 foi efetivado o tombamento do sítio, juntamente com o projeto de criação do Museu das Missões. No entanto, conforme afirma Loyola (2014), o tombamento das ruínas missioneiras também reforçaria a posse das terras rio-grandenses como um marco fundador da identidade nacional após a Guerra Guaranítica.

**Figura 3** – Ruínas de São Miguel das Missões, Brasil



Fonte: Greff, 2018.

Com o mesmo intuito foi criada, em 1940, a *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH) na Argentina, voltada para a preservação de bens históricos e artísticos que reforçassem a nacionalidade argentina e as raízes coloniais espanholas (LOYOLA, 2014). Nesse movimento o sítio arqueológico de San Ignacio Miní acabou sendo tombado no ano de 1943 (Figura 4).

A legitimação das ruínas de São Miguel e San Ignacio como patrimônio é respaldada pela afirmação de Poulot (2009):

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação de uma civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades (POULOT, 2009, p. 13).

**Figura 4** – Sítio arqueológico de San Ignacio Miní, Argentina

Fonte: Greff, 2018.

Em âmbito mundial, a lista de Patrimônio da Humanidade organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada com o objetivo de proteger da destruição os bens “naturais e culturais que apresentem valor excepcional para a comunidade mundial” (WIDMER, 2008, p. 4), representando a história da humanidade. Nesse sentido, as ruínas de San Ignacio Miní e de São Miguel das Missões, juntamente com outras três ruínas missioneiras<sup>5</sup>, foram inscritas na lista de Patrimônio da Humanidade entre os anos de 1983 e 1984. Paradoxalmente, foram listadas como patrimônio unificado, indo contra a iniciativa de nacionalidade e de glorificação dos monumentos como parte da identidade de cada país (LOYOLA, 2014).

De acordo com Bauer (2006, p. 46), o título de patrimônio é o que confere a legitimação a um monumento, garantindo-lhes o “selo de qualidade” que os concedem prestígio público, para além de seu simbolismo. A lista da UNESCO gera muitos debates desde sua criação, uma vez que o patrimônio só faz sentido na medida em que é reconhecido e valorizado pela sociedade na qual se insere, não tendo o mesmo valor a nível mundial. Mas cabe ressaltar que a patrimonialização dos sítios arqueológicos beneficiou o desenvolvimento da região, bem como influenciou na concepção de valores atribuídos aos mesmos por parte da população missioneira, seja por afeto, saudosismo histórico ou por interesses financeiros.

5 Documento acordado pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações, em outubro de 1931. Trata das primeiras recomendações oficiais e internacionais sobre a preservação, conservação, restauração e utilização dos bens monumentais, sob a responsabilidade do Estado.

## Reiterando, o patrimônio

[...] depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza (SILVA, 2000, p. 218-219).

Por fim, conforme apontou Scheiner, o “passado projeta-se no presente, sob a forma de representações mentais e sensoriais, contribuindo para a formação de ‘cenários’ onde o indivíduo se coloca como observador e/ou como personagem” (SCHEINER, 2006, doc. eletr.). Dessa forma, as ruínas devem ser preservadas não só por sua arquitetura barroca ímpar, pela importância na construção da história da Argentina e do Brasil e pelo vínculo estabelecido entre a fé católica dos padres jesuítas e a cultura indígena na América do Sul, mas também pelas representações que fazemos do passado com o olhar do presente, pois assim inserimo-nos nos cenários e nos incluímos na história.

## Os museus nos sítios arqueológicos: preservação e representação

Tal como as organizações governamentais e comissões criadas para legitimar a patrimonialização de monumentos, os museus também cumprem seu papel na preservação, pesquisa, comunicação e exposição dos bens culturais para a sociedade, conforme apontou Cury (2005). Todavia, é necessário compreender que os museus

[...] operam com releituras do real, através da memória; e que as diferentes figurações da História, promovidas pelos museus, dependem intrinsecamente das relações que cada museu estabelece com a memória e com a História, em cada tempo, em cada lugar (SCHEINER, 2006, doc. eletr.).

Assim como a representação está vinculada ao estudo da História, os museus também são “agências de representação sócio-cultural” (SCHEINER, 2002, p. 96), ou seja, são agentes comunicacionais que vão muito além da preservação e exposição de objetos, pois são dotados de intencionalidade. Ramos (2004, p. 14) aborda a consciência crítica que se deve ter em relação aos museus, pois estes se orientam “por determinada postura teórica” que refletirá na “seleção das peças que devem ir para o acervo e no modo de ordenar exposições”. Nessa perspectiva é importante compreender que o museu condiciona um olhar intencional e desprovido de inocência em torno dos objetos.

Logo, entendendo que não existe neutralidade quando se trata das narrativas propostas pelos museus, justamente por serem espaços capazes de propor leituras e diferentes pontos de vista sobre os objetos que compõe seu acervo, é interessante notar como os museus aqui analisados construíram seu discurso no contexto de sua criação. Mesmo possuindo a mesma temática – história das missões jesuíticas – os contextos de criação desses museus são distintos, o que reflete diretamente na seleção e na abordagem de suas exposições de longa duração.

O Museu das Missões foi inaugurado em 1941, na mesma época e com as mesmas premissas de preservação das ruínas de São Miguel, através da iniciativa do arquiteto Lucio Costa. Conforme apontou Bauer (2012), o objetivo de Costa era criar um museu que agregasse e se integrasse juntamente com o

resto do sítio arqueológico, proporcionando ao visitante um complemento do que foram as reduções. Dessa forma, os objetos selecionados pelo arquiteto para compor o acervo do museu estão vinculados principalmente à religião, uma vez que a ruína da igreja era a mais imponente e mais bem conservada estrutura do local. As peças foram adquiridas de toda a região dos Sete Povos e transferidas a São Miguel, considerado por ele como ponto de maior interesse. Nesse sentido também cabe problematizar que “os acervos são fruto de escolhas, de preferências dos sujeitos históricos, não devendo ser percebidos como patrimônio “natural”” (VERSANI, 2018, p. 40).

É interessante mencionar como se deram os primeiros processos de aquisição do acervo do Museu das Missões. Anexo ao prédio do museu foi construída a Casa do Zelador que, tal como nome sugere, abrigou a moradia do zelador Sr. João Hugo Machado. Além de guardar o museu e seus objetos, o zelador também foi responsável por adquirir a maior parte dos objetos que compõem o acervo da instituição através do recolhimento das imagens de cunho religioso que a população foi levando para suas próprias casas (RODRIGUES, 2015). É importante perceber e analisar os percursos desses artefatos, em um primeiro momento vinculados ao cotidiano das reduções jesuíticas, depois relegados à própria sorte nas ruínas, sendo ressignificados no âmbito privado das residências da comunidade local e, por fim, retornando aos sítios como acervo museológico. Essa longa trajetória repleta de diferentes usos e sentidos diz muito sobre a constituição desse acervo e sobre a história desse museu. Como afirma Maria Versani (2018):

Os objetos materiais que se tornam acervos e elementos da representação museológica já não se definem mais por seu valor de uso, mas sim por seu valor sensorial, mobilizador de sentidos e memórias, e por seu valor cognitivo, que nos ajuda a compreender como e por quem eram utilizados antes de se tornarem patrimônio cultural, que efeitos produziam no cotidiano e quais referências e experiências sociais, a partir deles, é possível conhecer (VERSANI, 2018, p. 39-40).

Com a chegada desses artefatos ao museu foi organizada a primeira exposição da instituição. Sobre ela, Lucio Costa apontou:

[...] para que os visitantes, geralmente pouco ou mal informados “compreendam” melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas [...], parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de S. Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões (PÊSSOA, 2004 apud BAUER, 2012, p. 83).

Os objetos expostos foram interligados por meio de esquemas de textos e mapas (Figura 5), conduzindo o visitante ao aprendizado sobre as reduções. A partir da colocação de Lucio Costa, é possível perceber a intencionalidade do mesmo como curador, criando uma exposição com fins educativos e didáticos em que o museu, detentor do conhecimento, transmite a mensagem ao visitante leigo.

**Figura 5** – Primeira exposição do Museu das Missões (1941)

Fonte: São Miguel das Missões RS, s.d.

Essa compreensão dos museus como espaços educativos era uma discussão que ocorria tanto no cenário nacional como internacional nesse período. Os museus norte-americanos, por exemplo, desde o século XIX buscavam apresentar suas coleções de forma didática colocando-se à serviço da educação do povo. José Valladares, diretor do Museu do Estado da Bahia do final da década de 1930 até 1959 (FARIA, 2017), aponta em seu livro “Museus para o povo” (1946) como se dava a realidade norte-americana:

Quando se fala em museu a serviço da educação do povo, é importante reparar que não se trata, apenas do proveito que alguém poderá auferir da contemplação, embora entusiasmada, de obras de arte, ou da inspeção, embora cuidadosa, de objetos com significação histórica ou valor científico; na realidade, trata-se de esforço consciente e orientado no sentido de atrair o público e, uma vez com o público dentro das galerias, proporcionar entretenimento que o prendam, ao lado das informações que se vão acrescentar à soma de conhecimentos com que transpôs as portas da instituição (VALLADARES [1946] 2010, p. 23).

Nessa perspectiva cabe salientar que houve um movimento por parte de diferentes agentes do campo do patrimônio em defesa dos museus como espaços educativos, além de importantes espaços de memória. Segundo Ana Carolina Gelmini de Faria (2017) esse olhar para o público ganhou força a partir de meados do século XX e influenciou diretamente as escolhas sobre as formas de apresentação dos objetos nas exposições. Segundo a autora:

A educação visual ganhou destaque nos debates e relatos de experiências, com ênfase na educação em museus, uma vez que, pela presença do objeto, categorizado como patrimônio, o visitante poderia ter contato com sua herança cultural. Promover um aprendizado através dos objetos motivou os agentes e agências que atuavam no campo dos museus a se interessarem pelo público, como as escolas, mas, sobretudo, atingir amplas camadas da sociedade - a exemplo dos analfabetos e comunidades com pouco acesso à cultura - movimento que caracterizaram como educação para o povo (FARIA, 2017, p. 97).

O Museu Jesuítico de San Ignacio Miní foi criado a partir de uma proposta diferente do Museu das Missões. Anteriormente nomeado de *Centro de Interpretación*, foi criado em 1987 a partir do desenvolvimento de uma exposição com objetos relacionados ao tema reducional, integrando-os ao sítio arqueológico argentino. No entanto, existem poucas informações e/ou registros sobre essa exposição, para tanto, foi analisada a exposição que sucedeu a de 1987.

Conforme apontou Sansoni (2018), a primeira exposição se manteve idêntica até o ano de 2005, quando foi proposta uma oficina de capacitação pelo governo federal a fim de reformular e aprimorar a exposição. Foram selecionados vinte e quatro bolsistas com diferentes experiências de trabalho e antecedentes culturais, incluindo quatro jovens Mbyá Guarani da província de Misiones (MARTINI, 2007).

Na oficina foram discutidas temáticas como: “[...] a beleza, os limites e influências entre culturas, o transcurso do tempo e as possíveis vozes que narram a história” (MARTINI, 2007, p. 61, tradução nossa), e gerou como produto as primeiras decisões curatoriais da exposição, como núcleos, títulos, além da seleção de alguns objetos e esquetes das salas expositivas.

A oficina foi finalizada em maio de 2007, quando o *Centro de Interpretación* foi inaugurado juntamente com a nova exposição, que resultou na organização de cinco salas expositivas com objetos de materialidades e tipologias variadas (Figura 6). Foi dividida em dois núcleos temáticos: Patrimonial, com objetos de pequeno porte utilizados no cotidiano das reduções; e Histórico, composto por fragmentos das ruínas bem como textos e imagens que remetem ao período de restauro e tombamento das ruínas.

**Figura 6** – Exposição de 2007



Fonte: SANSONI, 2018.

Cabe ressaltar que no ano de 2014 as exposições desenvolvidas através das oficinas de capacitação foram transferidas para o prédio anexo do *Centro de Interpretación*, uma vez este passou por uma nova reforma por incentivos do governo, resultando em uma instituição cultural totalmente virtualizada, com hologramas e efeitos sonoros. O prédio anexo foi diferenciado do original em sua nomenclatura por se tratar de propostas diferentes, passando a ser denominado como Museu Jesuítico. Vale salientar que o recorte dessa pesquisa abordou a instituição que apresenta exposições com artefatos da cultura material, podendo assim trazer um diálogo aproximado com o museu brasileiro.

Tendo em vista o contexto de criação dos museus estudados, é possível perceber a intencionalidade presente em suas escolhas através da forma como abordam os objetos preservados e como estes são apresentados aos visitantes por meio de suas exposições, que é o meio de comunicação mais evidente entre museu e público. Também identificamos que o Museu das Missões foi criado com o objetivo de preservar o acervo de arte sacra missioneira conforme a proposta de Lucio Costa em 1937, enquanto que a criação do Museu Jesuítico não partiu de objetos e coleções, mas sim da concepção de uma exposição que partiu de uma ideia para então refletir sobre quais artefatos iriam integrar essa mostra de longa duração, contando com uma equipe interdisciplinar que incluiu membros da comunidade indígena no processo criativo.

Compreender o potencial das narrativas mesmo em museus que seguem uma temática muito específica, como é o caso dos museus missionários, amplia as formas de explorar os objetos e como apresentá-los nas exposições. Os museus tradicionais e educadores vêm adotando uma nova postura, pois conforme afirma Bruno (2007), foi necessária remodelação em seu olhar através da interdisciplinaridade e da inclusão:

De instituições elitistas, colonizadoras, sectárias e excludentes, os museus têm procurado os caminhos da diversidade cultural, da repatriação das referências culturais, da gestão partilhada e do respeito à diferença de forma objetiva e construtiva (BRUNO, 2017, p. 6).

Dessa forma, cabe a problematização das exposições de longa duração que permanecem engessadas desde a sua criação, como é o caso do Museu das Missões que ainda segue muito próximo à sua exposição original de 1940. Há a necessidade de requalificação da exposição, repensar e transgredir o passado para questionar o presente, inserindo os protagonistas da história reducional como parte integrante do museu.

Independente da ordem como foram concebidos, a definição de museu se dá a partir do cumprimento dos processos museológicos de aquisição, pesquisa, documentação, conservação e comunicação. Ainda, é importante destacar que “A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma” (DESVALLÉS, MAIRESSE, 2013, p. 58), ou seja, quando musealizados os objetos transformam-se em uma representação daquilo que é real, perdendo sua funcionalidade original sem perder seu valor de originalidade. Essa colocação está de acordo com a afirmação de que os museus são dotados de intencionalidade desde o momento em que são formulados e que isso será refletido, da mesma forma, nas escolhas ao incorporar objetos ao acervo e no modo como eles serão expostos e entrelaçados, criando narrativas únicas.

Nessa perspectiva, compreendendo que as exposições são meios de comunicação singulares dos museus (BLANCO, 2009; CURY, 2005) é necessário refletir sobre seu papel como ação cultural e educativa. Cabe ressaltar que para a maior parte dos visitantes, a exposição é o próprio museu, ou seja, é como ele se

apresenta para a sociedade e sob certos aspectos, reafirma sua missão<sup>6</sup>. Como dispositivos de comunicação social (DAVALLON, 2010), as exposições são formas de mediação construída a partir de diferentes olhares com a intenção de tecer um diálogo com o público. Nesses dois casos percebemos as diferentes intenções que englobam as escolhas curatoriais por trás das narrativas expográficas apresentadas, o que reforça a necessidade de uma constante avaliação das exposições a fim de obter respostas tanto do público externo, a sociedade, como do público interno, os profissionais que atuam na instituição. Também é notável o papel que a pesquisa histórica e museológica precisa exercer no conteúdo e na forma dessas exposições, a fim de ampliar a dimensão dos objetos selecionados para narrar diferentes aspectos dessa história que é plural. Como afirma Greff (2018, p. 95) “[...] sem a pesquisa, os objetos são apenas artefatos curiosos em que o visitante aprecia sua estética ou raridade”.

### Considerações finais

Os museus atuam como agentes de comunicação e são portadores de elementos da cultura material que carregam informações sobre povos, culturas, histórias, memórias e identidades. Trazem em sua tipologia recortes de um tempo, de um local, de um contexto e são capazes de proporcionar ao público diversas reflexões, principalmente a partir do acervo, com discursos isentos de neutralidade. Através dos museus escolhidos como objeto de estudo deste artigo, é possível compreender as diversas abordagens que as instituições adotaram ao tratar de uma mesma temática histórica como é o caso das reduções jesuíticas.

A história das missões e reduções jesuíticas gerou grande impacto na história e desenvolvimento da América Espanhola nos séculos XVI e XVII. Serviu de abrigo aos índios Guarani, que puderam preservar parte de suas tradições e inserir vários de seus costumes nas reduções, a citar como exemplo os motivos decorativos da flora local ao esculpirem santos católicos e os ritos espirituais que envolviam músicas e danças. As reduções desempenharam um importante papel na economia da Província Jesuítica do Paraguai, mantinham um regime autossuficiente, possuíam uma oficina de arte sacra e produziam grandes quantidades de materiais fundidos a ferro que eram distribuídos pela Província para além da redução.

Entender o espaço das reduções jesuíticas na História é imprescindível para valorizar a preservação de suas ruínas e a criação de museus que preservam os objetos e os comunicam para com o público. As motivações dos respectivos governos federais que deram início ao decurso da patrimonialização das ruínas de São Miguel e de San Ignacio resultaram na preservação não só dos sítios arqueológicos, mas também dos diversos artefatos históricos que compõem o acervo do Museu das Missões e do Museu Jesuítico, seguindo o discurso de reconhecimento e exaltação da história nacional de cada país.

Tradicionalmente, os museus históricos seguiam a premissa de educadores da população, cumprindo o papel de detentor do conhecimento, ensinando a “história verdadeira” ao visitante. Os estudos no campo dos museus e da Museologia comprovam que esta afirmação é ultrapassada, pois todo museu provém de uma ideia, de uma intenção, seja de natureza pública ou privada, que, por sua vez, possui princípios

---

<sup>6</sup> Segundo Manuelina Cândido (2014) a missão do museu está diretamente vinculada ao compromisso social e à credibilidade da instituição para com o seu público.

políticos, econômicos ou ideológicos que não poderão ser desvinculados do resultado final. Dessa maneira, mesmo os museus de temáticas muito específicas, como os que tratam da história das reduções jesuíticas através dos artefatos encontrados na região missioneira terão seus discursos refletidos pela organização que a criou.

O Museu das Missões de São Miguel é resultado da vontade de Lucio Costa em preservar a beleza das ruínas da igreja e complementar a trajetória do visitante com um acervo de arte sacra missioneira com destaque aos aspectos religiosos. Já o Museu Jesuítico parte de uma concepção multicultural ao abordar a história de forma mais plural, dando inclusive visibilidade a objetos de origem indígena. São modos de se aproximar do tema que não são absolutos da verdade, mas sim representações de uma realidade. Cabe aos museus reconhecerem esta problemática, deixando claro ao visitante seu propósito enquanto instituição.

Existem múltiplas possibilidades de construir narrativas com esses objetos testemunho que chegam até nós carregados de sentidos. Os objetos não falam por si, portanto, é preciso questioná-los constantemente, conhecendo suas relações, seus diferentes significados e outros pontos de vista a partir da pesquisa histórica e museológica. É necessário ampliar a problemática que envolve a trajetória e os usos desse patrimônio inserindo aspectos contemporâneos que dialoguem diretamente com a realidade da comunidade local, incluindo a comunidade indígena. Os museus devem ser espaços dinâmicos capazes de ouvir, questionar, sensibilizar e construir de forma coletiva e dialógica as narrativas de suas exposições possibilitando assim uma constante revisão e reflexão sobre como a sociedade enxerga e interage com o patrimônio que é de todos e que precisa estar acessível de diferentes formas.

## Referências

- BAUER, Letícia. O arquiteto e o zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória. São Miguel das Missões (1937-1950). **Dissertação** (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BLANCO, Angela. **La exposición, um medio de comunicación**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- BOFF, Claudete. **A Imaginária Guarani: o acervo do Museu das Missões**. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 34-37.
- CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. **Missões Jesuíticas: Arquitetura e Urbanismo**. Caderno de História, n. 21. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2006.
- \_\_\_\_\_. Missões: patrimônio e território. In: MEIRA, A. L. G., PESAVENTO, S. J. (Orgs.). **Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 65-79.
- DAVALLON, Jean. Comunicação e Sociedade: pensar a concepção da exposição. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 17-34.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Musealização. In: **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 56-58.

- \_\_\_\_\_. Patrimônio. In: **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 73-77.
- FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2017, 292f. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158339/001021268.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>
- GREFF, Natália Reichert. **Narrativas de um tempo**: Discursos expográficos sobre a história das Reduções Jesuíticas no Brasil e Argentina. 2018, 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189813>>. Acesso em: 26 de jul. de 2019.
- IMAGENS Históricas. **São Miguel das Missões RS**, s.d. Disponível em: <<http://saomigueldasmissoesrs.com.br/cidade/imagens-historicas/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 31 de ago. de 2018.
- LOYOLA, Érico Teixeira. As missões jesuítico-guarani: territorialidades, identidades e patrimônio histórico-cultural. Para onde!? **Revista eletrônica**: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS. Porto Alegre, v. 8, n. 2, ago./dez. 2014, p. 104-113.
- MARTINI, José Xavier. El Taller de Capacitación para personal de centros de interpretación y museos de sitio. In: MARTINI, J. X. (Coord. ed.). **Centro de interpretación San Ignacio Miní**: Las Misiones Jesuítico-Guaraníes. La originalidad de una construcción social. Secretaría de Cultura de la Nación y Gobierno de Misiones. Misiones, Argentina: Latingráfica, 2007.
- OLIVEIRA, Lizete Dias de. Sistema de Informação da Província Jesuítica do Paraguai. In: **El uso de Sistemas de Información Geográfica (SIG) en Arqueología Sudamericana**. Oxford: BAR International, 2013. p. 157-172.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto** - o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.
- RODRIGUES, Ana R. **O Plano Museológico como marco na gestão de museus**: estudo de caso sobre o Museu das Missões/RS (2007-2015). 2015, 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- SANSONI, Andrés. <a-----@yahoo.com.ar>. Entrevista de estudo TCC Natália Reichert Greff. 19 de agosto de 2018. Mensagem enviada para: <r-----@hotmail.com> em 19 de agosto de 2018. (=doc.eletr.)
- SERRES, Helena Soares. La Cruz: Entre a Estância e a Redução. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial, 2014, p. 1575-1588.
- SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e apresentação da realidade. In: **XI Encuentro Regional de ICOFOM LAM, Cuenca e Ilhas Galápagos**. Anais... Equador: ICOFOM LAM, 2002. p. 96-105.
- \_\_\_\_\_. **Museologia e interpretação da realidade**: o discurso da história (texto provocativo) [online]. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006. Disponível em: <<http://iims.userweb.mwn.de/icofom/provocativeterezaportuguese.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- SETE Povos das Missões, uma das mais Notáveis Utopias da História. In: **Portal das Missões**, 2018. Disponível em: <<https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/1028/sete-povos-das-missoes,-uma-das-mais-notaveis-utop.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Revista ANTROPOLógicas**: Universidade Fernando Pessoa. Lisboa, n. 4, 2000, p. 217-224.

SOSTER, Sandra Schmitt. Missões Jesuíticas como sistema. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

THIELKE, Nathália. **O percurso das imagens**: a estatuária missioneira no Museu Júlio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940). 2014, 217f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

VALLADARES, José Antonio do Prado. **Museus para o povo**: um estudo sobre museus americanos [1946]. 2ª edição. Bahia: EPP, 2010.

VERSIANI, Maria Helena. **Criar, ver e pensar**: um acervo para a República. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

WIDMER, Glória Maria. A convenção do patrimônio mundial e o turismo: contribuições para a proteção e função social do Patrimônio Cultural da Humanidade. In: **Revista Eletrônica de Turismo Cultural** – ECA/USP. São Paulo, v. 2, n. 1, 2008, p. 1-17.

Recebido em: 08.04.2020.

Aceito em: 22.09.2020.